



M0232005N

CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N. 1/2024 — SAD/SEMADESC/IMASUL/TÉCNICO/MÉDIOINSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE  
MATO GROSSO DO SUL — IMASUL

# TÉCNICO EM SERVIÇOS AMBIENTAIS

Candidato(a)

Inscrição

--	--

Nível

**MÉDIO**

Turno

**MANHÃ**

Material

Além deste Caderno de Questões com sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis no site do Instituto Avalia no endereço eletrônico **www.avalia.org.br**, conforme previsto em Edital.

## INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Use apenas caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a Folha de Respostas ao fiscal.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ▶ O candidato somente poderá ausentar-se da sala 60 (sessenta) minutos após o início da prova, acompanhado de um fiscal, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários.
- ▶ Não será permitido ao candidato retirar-se do local de aplicação das provas, a qualquer tempo, portando o Caderno de Questões. O candidato poderá anotar manualmente as alternativas marcadas na Folha de Respostas no gabarito específico para rascunho ao final do Caderno de Questões.
- ▶ O candidato apenas poderá deixar o local de realização da Prova Escrita Objetiva em definitivo, após decorridas 2 (duas) horas de seu início.
- ▶ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

**Fraudar ou tentar fraudar  
Concurso Público é Crime!  
Previsto no Art. 311 - A do  
Código Penal**

**Boa prova!**

## Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões 1 e 2.

### **Calor nos oceanos gera branqueamento de corais; níveis podem ser os piores já registrados**

*Mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado, afetando pelo menos 53 países*

Os recifes de corais de todo o mundo estão passando por um evento de branqueamento em massa à medida que a crise climática impulsiona o recorde de calor nos oceanos, disseram dois organismos científicos na segunda-feira (15) – com alguns especialistas alertando que esse pode se tornar o pior período de branqueamento da história já registrado.

Mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado, afetando pelo menos 53 países e territórios, incluindo grandes áreas dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Os dados foram divulgados por meio de uma declaração conjunta da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) e a Iniciativa Internacional do Recife de Coral (ICRI).

“É provável que este evento ultrapasse o pico anterior de 56,1% em breve”, disse Derek Manzello, coordenador do programa Coral Reef Watch da NOAA, em um e-mail para a CNN. “A porcentagem de áreas do recife que são afetadas pelo calor e sofrem com descoloramento aumentou cerca de 1% em uma semana.”

Quando os corais são expostos ao estresse das ondas de calor marinhas, eles expõem as algas que vivem dentro de seus tecidos, o que lhes fornece a cor e a maior parte de sua energia. Se as temperaturas dos oceanos não voltarem ao normal, o branqueamento pode levar à morte em massa dos corais, ameaçando as espécies e as cadeias alimentares que dependem deles.

Isso marca o quarto evento mundial de branqueamento, e o segundo na última década – com períodos anteriores em 1998, 2010 e entre 2014-2017.

No ano passado, o branqueamento em massa foi confirmado em regiões como a Flórida e o Caribe, México, Brasil, Austrália, Pacífico Sul, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Indonésia e Oceano Índico, incluindo a costa leste da África e as Seychelles.

O professor Ove Hoegh-Guldberg, cientista climático especializado em recifes de corais baseado na Universidade de Queensland, na Austrália, previu esse evento de branqueamento em massa há meses.

“Sabíamos que as temperaturas do mar estavam aumentando rapidamente, mas não a essa velocidade”, disse Hoegh-Guldberg à CNN. “A questão preocupante é que não sabemos quanto tempo essa enorme mudança de temperatura provavelmente durará.”

Os últimos 12 meses têm sido os mais quentes do planeta e as temperaturas oceânicas têm crescido muito. As temperaturas globais da superfície do mar atingiram máximos recordes em fevereiro e novamente em março, de acordo com dados do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus da Comissão Europeia.

Em fevereiro, os cientistas do programa Coral Reef Watch da NOAA adicionaram três novos níveis de alerta aos mapas de alerta de branqueamento de corais, para permitir que os cientistas avaliem a nova escala do aquecimento subaquático.

[...]

(Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/calor-nos-oceanos-gera-branqueamento-de-corais-niveis-podem-ser-os-piores-ja-registrados/>.)

### 1

**Após a leitura do texto, é correto afirmar que**

- (A) os recifes de corais de apenas uma parte do mundo estão passando por um evento de branqueamento, à medida que a crise climática impulsiona o recorde de calor nos oceanos.
- (B) mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado.
- (C) a porcentagem de áreas de recife que são afetadas pelo calor não aumentou nem 1% em semanas.
- (D) quando os corais são expostos ao estresse das ondas de calor marinhas, eles expõem clorofila, o que lhes fornece a cor e os nutrientes.
- (E) se as temperaturas dos oceanos não voltarem ao normal, o branqueamento pode levar à multiplicação em massa dos corais, gerando um desequilíbrio ambiental.

### 2

**Ainda sobre o texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) De 1998 até agora, este foi o quarto evento mundial de branqueamento dos corais ocorrido.
- (B) No ano passado, o branqueamento em massa foi confirmado apenas nas regiões da Flórida, Caribe e do México.
- (C) Mesmo que os últimos doze meses tenham sido quentes, as temperaturas oceânicas não têm crescido muito.
- (D) As temperaturas globais da superfície do mar atingiram recordes em fevereiro e maio.
- (E) Em janeiro, os cientistas adicionaram novos alertas de branqueamento de corais, para permitir uma avaliação da nova escala do aquecimento subaquático.

3

Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam hiato.

- (A) Saída – qualquer – touro – mão.
- (B) Apaixonado – museu – saúde – caído.
- (C) Cacau – respeito – neutro – biscoito.
- (D) Lagoa – hiena – unicórnio – zoológico.
- (E) Ateu – jeito – cuidado – coração.

4

Considerando as regras de acentuação gráfica, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Papéis – chapéu – caubói – corrói.
- (B) Pirex – xerox – duplex – inox.
- (C) Bau – fieis – girassois – hotéis.
- (D) Zíper – açúcar – cadáver – néctar.
- (E) Geleia – alcateia – plateia – europeia.

5

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra formada a partir do processo de composição por aglutinação.

- (A) Pontapé.
- (B) Vaivém.
- (C) Anaeróbico.
- (D) Supracitado.
- (E) Fidalgo.

6

Assinale a alternativa que apresenta um substantivo sobrecomum.

- (A) O menino.
- (B) A vítima.
- (C) O rapaz.
- (D) A mulher.
- (E) O esposo.

7



NÓS NÃO SOMOS  
O QUE AINDA  
IREMOS SER.



(Disponível em: <https://riclan.com.br/9-tirinhas-para-rir-e-refletir/>)

Os verbos “gostaríamos”, “iremos” e “éramos” estão conjugados, respectivamente, no(s) tempo(s)

- (A) futuro do pretérito.
- (B) pretérito perfeito; futuro do presente; e pretérito imperfeito.
- (C) futuro do pretérito; futuro do presente; e pretérito imperfeito.
- (D) futuro do presente; futuro do pretérito; e pretérito perfeito.
- (E) pretérito imperfeito.

**8**

**Assinale a alternativa em que todas as palavras são proparoxítonas.**

- (A) Página – mínimo – acústica – robótica.
- (B) Higiene – passarinho – cantina – amor.
- (C) Balanço – árvore – remédio – aldeia.
- (D) Sinônimo – iremos – avaliação – rosado.
- (E) Rápido – malvado – filantropo – amargo.

**9**

**Assinale a alternativa que apresenta um par de homônimos homófonos.**

- (A) Hábito (costume) e habito (verbo habitar).
- (B) Dúvida (incerteza) e duvida (verbo duvidar).
- (C) Jogo (entretenimento) e jogo (verbo jogar).
- (D) Eminente (elevado) e iminente (imediato).
- (E) Acento (sinal ortográfico) e assento (objeto).

**10**

**Assinale a alternativa cuja oração apresenta sujeito indeterminado.**

- (A) Vieram pedir apoio para a família naquela situação.
- (B) Fui até a esquina e voltei.
- (C) Ninguém esperou por ele.
- (D) Já amanheceu!
- (E) Ela atravessou a rua sem olhar...

**11**

**A respeito das regras de uso da crase, assinale a alternativa que apresenta ERRO em relação ao seu emprego.**

- (A) Gosto de caminhar à pé.
- (B) Aquela menina está aprendendo à cantar esta música.
- (C) Dei todos os meus brinquedos à ele.
- (D) Solicitei à senhora que não fizesse mais isso.
- (E) O motorista conduzia à 50 km/h.

**12**

**Assinale a alternativa que apresenta corretamente a pontuação cuja definição é: “sinal de pontuação utilizado para indicar que uma ação ainda não acabou”.**

- (A) Ponto de interrogação.
- (B) Ponto de exclamação.
- (C) Reticências.
- (D) Ponto-final.
- (E) Ponto e vírgula.

**13**

**Assinale a alternativa cuja oração apresenta vocativo.**

- (A) Visitei a cidade de Londres e adorei!
- (B) A funcionária mais antiga da escola, D. Claudia, era muito respeitada por todos.
- (C) João, o melhor aluno da turma, passou com notas máximas.
- (D) A rua XV de Novembro é a próxima.
- (E) Você viu a confusão do recreio, inspetor?

**14**

**A respeito das regras de colocação pronominal da próclise, assinale a alternativa correta.**

- (A) Não a encontrei pelo caminho.
- (B) Cumpriremos o acordo se nos permitir.
- (C) Esta é a escola onde formei-me quando jovem.
- (D) Como enganaram-te!
- (E) Ninguém fará-nos mudar a proposta?

**15**

**Assinale a alternativa que NÃO apresenta um recurso coesivo lexical.**

- (A) Antonímia.
- (B) Hiponímia e hiperonímia.
- (C) Repetição.
- (D) Nominalização.
- (E) Substitutos universais.

## Noções Básicas de Geoprocessamento

16

**O geoprocessamento é possível mediante dados espaciais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente à definição do que são dados espaciais.**

- (A) Dados cartográficos simplificados de qualquer escala.
- (B) Dados digitais na forma de coordenadas espaciais mesmo que sem Datum.
- (C) Dados organizados em tabelas que são categorias espaciais.
- (D) Dados georreferenciados que possuem um correspondente em campo.
- (E) Dados que possuem um metadado organizado com todas as informações.

17

**A escala é um dos principais temas de discussão em cartografia, haja vista que define**

- (A) a quantidade de detalhes em um mapa e quanto os objetos são simplificados.
- (B) o tamanho da folha de impressão, já que não existe escala em mapas digitais.
- (C) o que será representado por meio de normas técnicas para mapas temáticos.
- (D) quais serão os elementos que aparecerão na legenda.
- (E) uma escala grande representa normalmente países e continentes inteiros.

18

**Representações vetoriais são melhores para**

- (A) realizar cruzamento e álgebra de mapas, devido à sua estrutura topológica fixa em células.
- (B) representar imagens de satélite, que são adquiridas de uma forma geral, servindo como bases.
- (C) definir limites mais claros que se sustentam em praticamente qualquer escala.
- (D) usar algoritmos de filtragem de dados, que eliminam dados classificados menores que a escala.
- (E) mapear feições em linhas, devido à sua estrutura em pixels alinhados formando feições.

19

**Considerando os cenários a seguir, assinale a alternativa em que o geoprocessamento NÃO será útil.**

- (A) Dados qualitativos que podem ser quantificados de alguma forma.
- (B) Dados coletados por meio de instrumentos digitais que leem quantidades.
- (C) Entrevistas realizadas em campo com dados tabulados sistematicamente.
- (D) Dados provenientes de sensoriamento remoto que são quantificáveis.
- (E) Análise de dados qualitativos sem referência fixa no espaço geográfico.

20

**Este software foi produzido nacionalmente pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e, apesar de obsoleto, influenciou muito no pensamento e no uso do geoprocessamento no Brasil. O seu nome é**

- (A) ERDAS.
- (B) SPRING.
- (C) IDRISI.
- (D) TerrSet.
- (E) QGis.

## **Conhecimentos gerais e de legislação relativos às áreas de atuação do IMASUL**

**21**

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e para os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, é um órgão

- (A) executor.
- (B) consultivo e deliberativo.
- (C) superior.
- (D) central.
- (E) seccional.

**22**

Em relação à Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- (B) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.
- (C) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.
- (D) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de apenas parte da sua propriedade para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- (E) Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente: o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental e o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental.

**23**

Em relação à Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposos ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a dois anos.
- (B) As penas restritivas de direito são: a prestação de serviços à comunidade; a interdição temporária de direitos; e a prestação pecuniária.
- (C) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.
- (D) A reincidência em crimes de qualquer natureza é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
- (E) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a dois anos.

**24**

Assinale a alternativa que NÃO consiste em pena de prestação de serviços à comunidade aplicável à pessoa jurídica, conforme disposto na Lei nº 9.605/1998.

- (A) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
- (B) Manutenção de espaços públicos.
- (C) Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.
- (D) Custeio de programas e de projetos ambientais.
- (E) Proibição de contratar com o Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações.

**25**

**É considerada infração contra a fauna, conforme o Decreto nº 6.514/2008, EXCETO**

- (A) exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente.
- (B) deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres.
- (C) adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo.
- (D) causar degradação em viveiros, açudes ou estação de aquicultura de domínio público.
- (E) pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente.

**26**

**De acordo com o Artigo 95 do Decreto nº 6.514/2008, o processo administrativo para apuração de infrações ambientais será orientado pelos princípios da**

- (A) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.
- (B) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, impessoalidade e eficiência.
- (C) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, publicidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.
- (D) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e especialidade.
- (E) legalidade, finalidade, motivação, boa-fé, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.

**27**

**O Regime de Proteção da Reserva Legal encontra previsão expressa na Lei nº 12.651/2012. Em relação a esse regime, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) No manejo sustentável da vegetação florestal da Reserva Legal, serão adotadas práticas de exploração seletiva nas modalidades de manejo sustentável sem propósito comercial para consumo na propriedade e manejo sustentável para exploração florestal com propósito comercial.
- (B) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a exploração econômica da Reserva Legal.
- (C) Para fins de manejo de Reserva Legal na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos integrantes do Sisnama deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.
- (D) A inscrição da Reserva Legal no CAR será feita mediante a apresentação de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração, conforme ato do Chefe do Poder Executivo.
- (E) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

**28**

**“Administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços”. Esse conceito se refere à(ao)**

- (A) Reserva Legal.
- (B) área rural consolidada.
- (C) interesse social.
- (D) manejo sustentável.
- (E) Área de Preservação Permanente (APP).

**29**

**O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Assinale a alternativa que apresenta as categorias de unidade de conservação que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável.**

- (A) Área de Proteção Ambiental e Estação Ecológica.
- (B) Reserva de Fauna e Refúgio de Vida Silvestre.
- (C) Reserva Biológica e Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (D) Reserva Particular do Patrimônio Natural e Parque Nacional.
- (E) Floresta Nacional e Reserva Extrativista.

**30**

**De acordo com o Art. 3º da Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, incumbe às empresas, entidades de classe e instituições públicas e privadas**

- (A) promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
- (B) colaborar, de maneira ativa e permanente, na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
- (C) promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.
- (D) manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.
- (E) promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

**31**

**Em relação à Campanha Junho Verde, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Na Campanha Junho Verde, será observado o conceito de Ecologia Ambiental, que inclui dimensões humanas e sociais dos desafios ambientais.
- (B) A Campanha Junho Verde será celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental não formal.
- (C) O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população a respeito da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.
- (D) A Campanha Junho Verde será promovida pelos Poderes Públicos federal, estadual, distrital e municipal, em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas.
- (E) A Campanha Junho Verde incluirá, dentre outras, ações direcionadas para divulgação de informações a respeito do estado de conservação das florestas e dos biomas brasileiros e dos meios de participação ativa da sociedade para a sua salvaguarda.

**32**

**Em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.**

- (A) A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país em que estejam localizados os dados, desde que realizado para fins exclusivamente jornalístico e artísticos.
- (B) Para fins da LGPD, dado pessoal é um dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- (C) Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.
- (D) A eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- (E) Cabe ao titular o ônus da prova de que o consentimento não foi dado em conformidade com o disposto na LGPD.

**33**

**Carlos, operador de dados de uma determinada empresa pública, agindo com dolo, acessou dados sensíveis dos usuários com o intuito de comercializá-los. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no caso de danos causados pelo tratamento de dados,**

- (A) uma vez que compete ao controlador as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, apenas ele responderá pelos danos causados.
- (B) o controlador responderá subsidiariamente com o operador pelos danos causados.
- (C) apenas o operador de dados responderá pelos danos causados, em razão de ter agido com dolo.
- (D) o operador responderá solidariamente com o controlador pelos danos causados pelo tratamento, dado que descumpriu as obrigações da legislação de proteção.
- (E) o operador responderá integralmente, ainda que o dano seja decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

**34**

**De acordo com a Lei nº 1.102/1990, são formas de provimento de cargo público, EXCETO**

- (A) recondução.
- (B) nomeação.
- (C) aproveitamento.
- (D) readaptação.
- (E) transferência.

**35**

**Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta.**

- (A) Perderá, definitivamente, a remuneração do seu cargo efetivo o funcionário quando afastado para prestar serviço em empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (B) O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e os direitos decorrentes do exercício do cargo.
- (C) O funcionário não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Prescreverá a punibilidade em dois anos, quanto à repreensão ou multa.
- (E) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse, que acontecerá no prazo de 15 dias contados da publicação do ato de provimento.

**36**

**Assinale a alternativa que apresenta a pena que NÃO excederá noventa dias e será aplicada em casos de falta grave.**

- (A) Repreensão.
- (B) Cassação de disponibilidade.
- (C) Destituição de cargo em comissão.
- (D) Suspensão.
- (E) Demissão.

**37**

**NÃO será considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de**

- (A) licença em razão de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- (B) licença para tratamento de saúde.
- (C) licença gestante.
- (D) férias.
- (E) faltas por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de três durante o mês.

**38**

**O manejo de fauna silvestre em vida livre será permitido com a devida licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes nos seguintes casos, EXCETO**

- (A) para coleta de material biológico para fins científicos para as instituições de pesquisa.
- (B) para realizar experiências cujos resultados já foram conhecidos anteriormente ou aqueles destinados à demonstração didática que já tenham sido filmados ou ilustrados.
- (C) quando houver a necessidade de manejo de controle de espécies para promover o equilíbrio natural.
- (D) quando for necessária a translocação de espécimes, nos casos de desastres ecológicos.
- (E) para a apanha de espécimes, ovos e larvas de espécimes autorizadas para formação de plantel de criação comercial, seguindo as diretrizes do órgão ambiental competente.

**39**

**“Espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro e/ou o território do Estado de Mato Grosso do Sul e suas águas jurisdicionais, ainda que introduzidas, pelo homem ou espontaneamente, em ambiente natural, inclusive as espécies asselvajadas e excetuadas as migratórias.” Tal conceito se refere à(aos)**

- (A) fauna brasileira.
- (B) animais de estimação.
- (C) animais domésticos.
- (D) fauna silvestre.
- (E) fauna exótica.

**40**

**A Resolução SEMADE nº 9, de 13 de maio de 2015, traz, em seu Artigo 3º, algumas definições. Com base na mencionada resolução, assinale a alternativa INCORRETA quanto a essas definições.**

- (A) Impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria, energia ou substância sólida, líquida ou gasosa resultante de atividade humana, bem como a combinação desses fatores em níveis capazes de, direta ou indiretamente, interferirem com a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.
- (B) Área útil: soma da área ocupada por todas as estruturas destinadas ao desenvolvimento da atividade objeto do licenciamento ambiental, incluindo pátios, estruturas prediais, áreas do sistema de controle ambiental, áreas de circulação, de armazenamento de insumos e rejeitos.
- (C) Licenciamento ambiental: procedimento de licenciamento ambiental realizado por intermédio de Comunicado de Atividade, pelo qual o órgão ambiental competente autoriza, concomitantemente, a localização, instalação e operação de determinadas atividades dentre aquelas consideradas utilizadoras de recursos ambientais e/ou efetivas ou potenciais causadoras de pequeno impacto ambiental.
- (D) Estudos ambientais: todo e qualquer documento contendo conjunto organizado de informações (estudos, planos, programas, projetos etc.) dos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade; exigido como instrumento para subsidiar a análise da licença requerida, subdivididos em: complementares e elementares.
- (E) Licença ambiental: o ato administrativo pelo qual são estabelecidas as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pela pessoa física ou pela jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar atividade utilizadora de recursos ambientais, atividade considerada efetiva ou potencialmente poluidora ou daquela que, sob qualquer forma, possa causar degradação ambiental.

## Conhecimentos Específicos

41

O Artigo 37 da Constituição Federal traz, em seu texto, princípios que a Administração Pública deve seguir. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um princípio da Administração Pública previsto na Constituição Federal.

- (A) Publicidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Legitimidade.
- (E) Eficiência.

42

Um administrador público que, na execução de uma licitação, venha a facilitar a contratação de uma empresa com quem tenha afinidade afronta ao princípio da

- (A) legitimidade.
- (B) boa-fé.
- (C) moralidade.
- (D) legalidade.
- (E) impessoalidade.

43

A respeito dos Princípios Constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O princípio da impessoalidade compreende a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica. Exige, também, a necessidade de que a atuação administrativa seja impessoal e genérica, com vistas a satisfazer o interesse coletivo.
- (B) De acordo com o princípio da moralidade, o gestor público deve exercer a atividade administrativa com presteza, profissionalismo e com o melhor rendimento possível, evitando custos desnecessários e desperdício de recursos públicos, buscando economicidade e produtividade.
- (C) O princípio da legalidade é expresso, ou seja, está previsto taxativamente em uma norma jurídica de caráter geral e afirma que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (D) O princípio da eficiência é aquele em que a administração pública e seus agentes realizam suas atividades com presteza e rendimento funcional, executadas com economicidade, celeridade e sem burocracias, dentro dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização dos recursos públicos com a finalidade de alcançar a satisfação do bem comum.
- (E) De acordo com o princípio da publicidade, os atos públicos oficiais não podem apresentar nomes, símbolos ou imagens para que não caracterize nenhum tipo de promoção pessoal, tanto para autoridades quanto para servidores públicos.

**44**

**Os poderes da Administração Pública são instrumentos que o Estado tem para preservar o interesse público. Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- (A) A atuação administrativa de realizar o fechamento compulsório de estabelecimento privado por falta de higiene representa exercício do poder disciplinar.
- (B) A prerrogativa reconhecida à Administração para investigar e punir, após contraditório e ampla defesa, os agentes públicos na hipótese de infração funcional é denominada poder de polícia.
- (C) É através do poder regulamentar que a Administração pode expedir atos normativos, como os regulamentos, as instruções, as portarias, os regimentos, dentre outros.
- (D) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade e imperatividade são atributos do poder regulamentar.
- (E) O poder conferido ao agente público de delegar, ordenar e revisar a atuação de outros agentes, focando a necessidade de organização que os órgãos e as entidades possuem para desempenhar, de maneira mais eficaz, a função pública, denomina-se poder disciplinar.

**45**

**Agentes fiscais do município de Campo Grande - MS, durante uma inspeção, constataram que o restaurante Divino Sabor estava em desacordo com a legislação tributária. Diante dessa situação, os agentes fiscais emitiram um auto de infração e aplicaram uma multa como medida coercitiva para que o restaurante regularizasse sua situação perante o município. Tendo em vista os fatos aqui narrados, qual foi o poder exercido pelos agentes de fiscalização?**

- (A) Poder de polícia.
- (B) Poder disciplinar.
- (C) Poder hierárquico.
- (D) Poder discricionário.
- (E) Poder normativo.

**46**

**Quando diante de determinada situação, o agente administrativo tem liberdade de atuação (desde que dentro da lei), e a escolha do ato pode se dar com base em juízo de valor, observando a conveniência e a oportunidade, estamos diante do poder**

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) regulamentar.
- (D) hierárquico.
- (E) derivado.

**47**

**Os atos administrativos são toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. São elementos do ato administrativo, EXCETO**

- (A) finalidade.
- (B) objeto.
- (C) motivo.
- (D) publicidade.
- (E) competência.

**48**

**Se uma pessoa, fazendo-se passar por servidor público, emite ato administrativo aparentemente lícito, o referido ato será**

- (A) nulo.
- (B) anulável.
- (C) válido.
- (D) revogável.
- (E) inexistente.

**49**

A Prefeitura Municipal de Naviraí-MS efetuou procedimento de desapropriação de um imóvel na região central do município para construir um Centro Municipal de Educação Infantil. Salientamos que o proprietário foi indenizado de forma justa. A referida desapropriação encontra respaldo no princípio da

- (A) indisponibilidade do serviço público.
- (B) eficiência.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) legalidade.

**50**

Analise as alternativas a seguir e assinale a **INCORRETA** no que diz respeito ao princípio da supremacia do interesse público.

- (A) É um princípio absoluto e pode ser invocado ainda que não haja lei que defina que há interesse legítimo.
- (B) Trata-se de um princípio implícito da Administração Pública.
- (C) É considerado como basilar, isto é, um "superprincípio" que dá base para a origem de outros princípios.
- (D) É inerente ao próprio serviço público, pois esse é titularidade do Estado, que, por sua vez, atende às necessidades coletivas.
- (E) O agente público não deve dar maior importância aos interesses particulares, sejam os próprios, sejam os de terceiros, em detrimento da consecução do interesse público.

**51**

A Constituição Federal, em seu Art. 225 e incisos, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Levando em consideração o que preconiza o mencionado artigo, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever exclusivo do poder público defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
- (B) Incumbe ao poder público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- (C) Incumbe ao poder público promover a educação ambiental em nível fundamental e médio e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- (D) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, desde que pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (E) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

**52**

**Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, incumbe ao poder público**

- (A) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração permitida por meio de lei ou ato normativo infralegal, e a supressão somente por meio de lei.
- (B) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração permitida por meio de lei e vedada a supressão.
- (C) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de lei, exceto nos casos em que a unidade de conservação foi criada por meio de decreto, quando será permitida a utilização do mesmo instrumento normativo.
- (D) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- (E) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, permitida eventual utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

**53**

**Analise as alternativas à luz da Lei Estadual nº 90/1980, que dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências, e assinale a INCORRETA.**

- (A) Define-se meio ambiente como sendo o conjunto do espaço físico e dos elementos naturais nele contidos, passível de ser alterado em razão da atividade humana.
- (B) Constituem os elementos naturais, no que diz respeito ao meio ambiente, a água, o solo, o ar e todas as formas de vida animal e vegetal, em qualquer fase de seu desenvolvimento, bem como os minerais.
- (C) A política estadual que controla a poluição ambiental compreenderá o conjunto de diretrizes técnico-administrativas, destinadas a fixar a ação governamental no campo da utilização racional do meio ambiente.
- (D) É proibida toda e qualquer prática de queima ao ar livre em áreas urbanas ou de elevada densidade demográfica.
- (E) Para fins de prevenção da poluição, as águas das bacias hidrográficas do estado somente poderão ser utilizadas pelo homem para navegação, irrigação, preservação da flora e fauna aquáticas, sendo vedadas as práticas desportivas ou recreativas.

54

O Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB) atuará na prevenção da poluição ambiental e controle de utilização racional do meio ambiente. Com base no disposto na Lei Estadual nº 90/1980, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Compete ao INAMB propor ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias ao controle da poluição e à proteção ambiental, recomendadas pelo órgão federal de proteção ambiental e pela legislação estadual.
- (B) Compete ao INAMB executar a política de controle da poluição ambiental por si ou com a colaboração dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais organismos voltados para a preservação ambiental urbana e rural.
- (C) Compete ao INAMB cumprir e fazer cumprir toda e qualquer legislação sobre prevenção, controle e correção da poluição ambiental, sendo vedado, entretanto, firmar convênios.
- (D) Compete ao INAMB adotar medidas técnico-legais impeditivas de implantação ou funcionamento de instalações ou atividades potencialmente poluidoras, em locais inadequados ou sem os equipamentos necessários.
- (E) Compete ao INAMB conhecer, medir e controlar a poluição ambiental, exercendo sua fiscalização e adotando medidas compatíveis para seu equacionamento e limitação.

55

Sobre as penalidades impostas às pessoas físicas ou jurídicas que causarem poluição da água, do ar ou do solo, no território do estado ou que infringirem qualquer dispositivo da Lei nº 90/1980 e seus regulamentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A multa variará de 01 (uma) a 5.000 (cinco mil) UFERMS e será aplicada pelo INAMB.
- (B) O manifesto dolo, a reincidência, fraude ou má-fé constituem circunstâncias agravantes, que poderão elevar a multa ao grau máximo e, nos casos mais graves, justificarão a suspensão de atividades ou a interdição de instalações poluidoras, conforme se disporá em regulamento.
- (C) As penalidades de multa, suspensão e interdição não poderão ser aplicadas cumulativamente.
- (D) O INAMB suspenderá de atividades que a seu critério causarem prejuízo ao meio ambiente.
- (E) O prefeito municipal competente interdirá instalações que contrariarem o disposto sobre prevenção e controle de poluição ambiental.

56

Ato administrativo pelo qual são estabelecidas as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para a prática de atividades de exploração dos recursos naturais. Tal conceito se refere à(ao)

- (A) Autorização Ambiental.
- (B) Licença Ambiental.
- (C) Licenciamento Ambiental.
- (D) Licença de Instalação.
- (E) Licença de Operação.

57

A Fundação Estadual de Meio Ambiente-Pantanal, expedirá as seguintes licenças ambientais, EXCETO

- (A) Autorização Ambiental.
- (B) Licença de Instalação.
- (C) Licença Prévia.
- (D) Licença de Operação.
- (E) Aprovação Preliminar.

58

Sobre os prazos para o parecer técnico conclusivo das licenças e autorizações ambientais, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a Licença Prévia, 30 (trinta) dias para os empreendimentos e atividades que demandem estudos ambientais e/ou sistema de controle de efluentes.
- (B) Para a Licença Prévia, 90 (noventa) dias para os empreendimentos e atividades que demandem estudo de impacto ambiental.
- (C) Para a Autorização Ambiental, 65 (sessenta e cinco) dias para os empreendimentos ou atividades que não demandem estudos ambientais.
- (D) Para a Autorização Ambiental, 65 (sessenta e cinco) dias para os empreendimentos ou atividades que exijam estudos ambientais.
- (E) Para a Licença Prévia, 65 (sessenta e cinco) dias para os empreendimentos ou atividades com procedimentos de licenciamento simplificado e os que compreendem planos e programas voluntários de gestão ambiental, desde que não demandem estudos ambientais e/ou sistema de controle de efluentes.

**59**

**A Fundação Estadual de Meio Ambiente-Pantanal estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização. Com base no disposto na Lei nº 2.257/2001, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou à atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.
- (B) O prazo de validade da Autorização Ambiental deverá ser, no mínimo, o estabelecido no cronograma de execução da atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.
- (C) O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.
- (D) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido no cronograma de instalação do empreendimento ou da atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.
- (E) A Licença de Operação poderá ser renovada mediante requerimento do empreendedor com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

**60**

**Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. As Licenças de Operação e as Autorizações Ambientais poderão ter sua validade suspensa, pelo prazo de até \_\_\_\_\_, por iniciativa de seu titular e mediante justificativa técnica aprovada por meio de Portaria do órgão licenciador, publicada no Diário Oficial do Estado.**

- (A) 3 (três) meses
- (B) 6 (seis) meses
- (C) 12 (doze) meses
- (D) 18 (dezoito) meses
- (E) 24 (vinte e quatro) meses



Realização

**Instituto Avalia**